

POLUIÇÃO NO MAR

Prefeito quer saber por que esgoto aumentou tanto em 15 dias

Praia de Camburi foi considerada totalmente imprópria para banho, após análise

▄ ADALBERTO CORDEIRO

“Tínhamos a praia de Camburi própria para banho em praticamente 80% de sua extensão. De repente, a mesma praia se torna totalmente imprópria. Como entender essa mudança no tempo de 15 dias?”

Em entrevista à Rádio CBN Vitória, na manhã de ontem, esse foi o principal questionamento levantado pelo prefeito de Vitória, Luciano Rezendes, a respeito da balneabilidade de Camburi.

Para o descontentamento dos frequentadores da orla e turistas, toda a extensão da praia foi classificada como imprópria para banho após o exame de balneabilidade feito na semana do dia 4 de fevereiro – a balneabilidade examinou, por exemplo, a presença de coliformes fecais na água.

Diante do resultado de balneabilidade inédito, a prefeitura editou uma portaria na qual estabelece o prazo de 30 dias para que a Secretaria de Meio Ambiente da Capi-



Na água da praia foram encontrados coliformes fecais; prefeitura quer punir os lançamentos irregulares

tal indique os responsáveis pelas emissões de esgoto, em Camburi.

“É mais do que importante buscarmos respostas sobre os geradores do lançamento de esgoto na praia de Camburi, até para punirmos os lançamentos irregulares”, destacou o prefeito.

Ainda segundo Rezendes, uma grande emissão

de resíduos é feita pelo Canal de Camburi e no chamado “Canal da Vale” – entre os extremos da praia –, mas ainda não é possível se afirmar a real procedência desse esgoto.

“O que sabemos é que, nos últimos três anos, cerca de 2,3 milhões de litros de esgoto, por dia, em estado natural deixaram de ser despejados na praia de

Camburi. Agora, também temos que cobrar a responsabilidade por essas emissões que estão prejudicando a praia e a população”, alertou o prefeito.

ALERTA

Foi na última quinta-feira (18) que a prefeitura divulgou a análise sobre a situação da praia de Camburi. Na data, o secretário de

GUILHERME FERRARI - 15/02/2016

PRAZO



“No prazo de 30 dias, vamos receber os dados da Secretaria de Meio Ambiente indicando os responsáveis pelo lançamento do esgoto na Praia de Camburi”

LUCIANO REZENDES
PREFEITO DE VITÓRIA

Meio Ambiente da capital, Luiz Emanuel Zouain, chegou a pedir para que a população não entrasse no mar de Camburi.

“Todos os pontos da praia de Camburi estão impróprios para o banho. A situação piorou. A gente indica que as pessoas não entrem no mar por enquanto”, afirmou o secretário.

Agora, o prefeito Luciano Rezendes revela expectativa sobre o resultado da secretaria de Meio Ambiente. “Até tenho minhas suspeitas sobre a origem dessa poluição, mas o trabalho da gestão vai ser com base em dados científicos. Com os resultados em mãos, vamos punir os responsáveis e reverter esse quadro”, concluiu.

Justiça julga hoje se suspende exigências impostas à Vale

VITOR JUBINI - 21/01/2016

▄ Está sendo aguardado para a tarde de hoje o julgamento do recurso da Vale. A empresa quer a suspensão das condicionantes impostas pela Justiça para que voltasse a operar no Complexo de Tubarão. A audiência acontece no Tribunal Regional Federal da 2ª Região, no Rio de Janeiro.

A determinação é de que a empresa, em 60 dias, adote medidas de controle da poluição. No recurso a Vale alega que, “além de injustificadas”, as exigências do magistrado que suspendeu a interdição, Vigdor Teiteil, impõe à mineradora “providências complicadas e onerosas”.

Outro recurso que será avaliado hoje é o pedido da Associação Nacional dos Amigos do Meio Ambiente



Companhia opera próximo à Praia de Camburi

(Anama) de fazer parte do processo. Ela alega que é autora de duas ações civis públicas contra Vale e ArcelorMittal e que a suspensão das interdições no Porto de Tubarão aumentou a poluição na região, atingindo a sua esfera de interesses.

A decisão será dada pela 2ª Turma Especializada do TRF2, da qual fazem parte os desembargadores André Fontes, como presidente, o desembargador Messod Azulay Neto, e a desembargadora Simone Schreiber, agora relatora do caso.

MP promove encontro para debater soluções contra pó preto

▄ O Ministério Público Estadual promoveu ontem uma reunião para iniciar o debate sobre as soluções para reduzir os altos índices de poeira sedimentável, o pó preto, debatendo as indicações do relatório da CPI do Pó Preto realizada na Assembleia Legislativa do Estado (Ales) no ano passado.

“Queremos democratizar a discussão e não podem restar dúvidas. Temos que acertar questões como a competência da fiscalização e saber se instituir o sistema Domus é possível”, disse o promotor Marcelo Lemos, que dirigiu o encontro que contou também com representantes da comissão de meio ambiente da Ales, do Instituto Estadual de Meio Ambiente (Iema) e o Secretário do Meio Ambiente de Vitória, Luiz

SOCIEDADE



“A sociedade tem que participar. Queremos democratizar a discussão, e não podem restar dúvidas”

MARCELO LEMOS
PROMOTOR

Emanuel Zouain.

A reunião serviu de introdução e organização do grupo para uma série de encontros para debater o assunto e criar um novo Termo de Compromisso Ambiental (TCA) para a Vale e para a ArcelorMittal. O próximo, que será aberto à sociedade, está marcado para o dia 7 de março, na Ales, às 12h30.

PROTESTO

Nas redes sociais, um protesto pela cobertura dos pátios de minério está marcado para o dia 1º de abril e conta com 792 mil presenças confirmadas. A concentração do evento, organizado por um grupo nominado Frente Independente Popular Capixaba, acontece na Praia de Camburi, em Vitória